

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.654.621 - SP (2020/0020500-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : BRUNO ROCHA LUIZ**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**MARIANA FERREIRA CAVALCANTE - DEFENSOR PÚBLICO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BRUNO ROCHA LUIZ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA, assim resumido:

APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO SIMPLES - SENTENÇA QUE DESCLASSIFICA A CONDUTA PARA FURTO SIMPLES - RECURSO MINISTERIAL QUE VISA À CONDENAÇÃO DO RÉU NOS TERMOS DA DENÚNCIA QUE ENTENDEU PROVADA ALÉM DA IMPOSIÇÃO DE REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO - VÍTIMA QUE O RECONHECEU COM SEGURANÇA EM JUÍZO BEM COMO CONFIRMOU A VIOLÊNCIA SOFRIDA DURANTE A AÇÃO DELITUOSA - **PROVA SUFICIENTE PARA CONDENAR O ACUSADO PELO DELITO DE ROUBO SIMPLES** - PENA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL ESTABELECIDO O REGIME PRISIONAL ABERTO PARA SEU CUMPRIMENTO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 33 § 2 ALÍNEA C E § 3 DO CÓDIGO PENAL - RECURSO PROVIDO

Alega violação dos arts. 155 e 157 do Código Penal, no que concerne à reforma do acórdão recorrido à fim de que seja operada a desclassificação do crime de roubo para furto, trazendo os seguintes argumentos:

Verifica-se, pois, diante do quadro fático delineado no aresto, com o devido respeito, que é impossível manter a condenação por roubo. Não há que se falar aqui em subsunção dos fatos à norma do art. 157 do CP. Isso porque, em juízo, a vítima NÃO confirmou que houve emprego de uma 'gravata' quando da subtração, tendo explicado que foi 'encurralado' na moto para que dali não saísse.

Primeiramente, demonstrou-se a patente inobservância ao art. 155, ao aplicar indevidamente a norma contida no artigo 157 do Código Penal, eis que o V. Acórdão, ao conferir definição jurídica diversa, simplesmente ignorou a conclusão do julgador de primeira instância, que teve contato direto com a prova. (fls. 196).

Ora, bem argumentou o julgador de piso que, diante do quadro fático

delineado nos autos, era impossível manter a condenação por roubo. Aduziu-se que não havia que se falar em subsunção dos fatos à norma do art. 157 do CP, já que, em juízo, a vítima negou, com significativa clareza, "que o réu tivesse lhe dado o conhecido golpe gravata, afirmando, como já dito, de forma tímida, que o acionado teria lhe pressionado."

Assim, do conjunto probatório carreado aos autos, fica evidente que há, no mínimo, dúvida razoável quanto à efetiva concretização da violência para a subtração do bem, sendo que, de igual modo, restou demonstrado, pelo depoimento da vítima, que o agente apenas lhe 'imprensou' no compartimento de carga da motocicleta. (fls. 197).

Sendo assim, nota-se que não se comprovou satisfatoriamente qualquer violência ou grave ameaça, de forma que o delito a ser imputado ao recorrente é o de furto; afinal, o roubo nada mais é do que um furto qualificado pela violência ou grave ameaça. Nesse sentido, a lição de Cesar Roberto Bitencourt: [...] (fls. 197).

Daí o equívoco, data maxima venha, na análise do conceito analítico de crime de roubo, ocorrendo, portanto, a violação frontal das normas federais contidas nos arts. 155 e 157 do CP, porquanto o aresto incluiu na aplicação da lei penal elementar inexistente, pelo contexto fático descortinado. (fls. 198).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Os policiais militares Wellington Siqueira e Ruan Mattiazzo, por sua vez, corroboraram a ocorrência do ilícito, bem como a prisão em flagrante do acusado, em poder da res furtiva, pouco tempo após o ilícito (cf. audiência realizada por meio audiovisual a fls. 102).

Percebe-se, assim, que **a prova dos autos evidenciou, de maneira segura, que o apelado de fato foi o autor do roubo a ele irrogado na inicial, na medida em que, respeitado o convencimento diverso do Juízo de origem, a violência física empregada contra a vítima restou bem delineada no caso.** (fls. 175/176)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente